



Anais da Assembléia

Nº 140

CURITIBA. TERÇA-FEIRA EM 13 DE OUTUBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
 PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
 PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
 PDT Deputado PAULO MAIA
 PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
 PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
 PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
 PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
 PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12 Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Omário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Placentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
 (•) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado.

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/92

DATA: 13 de outubro de 1992

SUMULA: Autoriza o Doutor MÁRIO PEREIRA, Vice-Governador do Estado, ausentar-se do País.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado o Doutor MÁRIO PEREIRA, Vice-Governador do Estado, ausentar-se do País, entre os dias 13 e 31 do corrente mês de outubro, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de, em Washington-DC, comparecer às reuniões para negociações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de contrato de empréstimos para o Programa de Corredores de Transportes do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.10.92

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 94ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 1992
(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Hermas Brandão.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovidio Constantino, Paulo Paulo, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Colombino Grassano, Dobrandino da Silva, Doutor Rosinha, João Iensen, José Alves, José Athur Ritti e Ra-

fael Greca de Macedo (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 77/92

Curitiba, 08 de outubro de 1992.

Senhor Presidente.

Através da presente, venho solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para que o vice-Governador do Estado, Dr. Mário Pereira, se afaste do País, no período de 13 a 31 do corrente mês, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, a fim de, em Washington-DC, comparecer às reuniões para negociações junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de contrato de empréstimo para o Programa de Corredores de Transportes do Paraná.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os números DTL/SAT/258, 260 e 261/92, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

244/92:

Do TRIBUNAL DE CONTAS que fixa, conforme especifica, o vencimento básico do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas, assim como dos Conselheiros e Procuradores do mesmo Tribunal e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o número 10.092. - Anote-se. Arquivo-se.

234/92:

Do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que dispõe

sobre concessão de adicional por tempo de serviço aos servidores contratados pelo regime da CLT, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o número 10.094. - **Anote-se. Arquite-se.**

251/92:

Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 27.264.000.000,00 à SEFA, conforme específica, o qual convertido em lei tomou o número 10.095. - **Anote-se. Arquite-se.**

Sob os números DTL/SAT/256, 257 e 259/92, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE os Projetos de Lei n°s 242, 249 e 245/92, por julgar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público. - **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° ATCC 3242/92, do Sr. MAURO ROCHA - Chefe da Casa Civil substituto, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES do Deputado Rafael Greca de Macedo, solicitando esclarecimentos sobre as obras escolares realizadas em Curitiba, a partir de janeiro de 1990. - **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1483

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a discussão e votação, nesta data, do Projeto de Decreto Legislativo de n° 004/92, que autoriza o Sr. vice-Governador Mário Pereira, a se ausentar do País desta data até dia 31 do corrente.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1485

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177, do Regimento Interno, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão de votação para o Projeto de Lei n° 260/92 (Mensagem n° 71/92), de autoria do Poder Executivo, que reajusta a partir de 1° de setembro do corrente ano, o salário do pessoal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, regido pela CLT.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1490-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no

uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário o adiamento por dez (10) sessões de sua Discussão e Votação para o Projeto de Lei n° 231/92.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 1479

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se proceda, na data de 05 de novembro de 1992, a entrega do Título de Cidadão Honorário ao Senhor GUNTHER ALGAYER.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1491

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações e muito aplauso aos Empresários componentes da Chapa "MUDANDO COM MUITO TRABALHO" que concorreu e venceu ao pleito realizado na Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná. Apresentando um bom programa de trabalho e constituída de grandes e valerosos empresários do setor varejista de nosso Estado, esta Chapa soube granjear o apoio da maioria dos Sindicatos filiados a citada Federação, conseguindo uma grande vitória e ensejando perspectivas de grandes realizações naquele importante segmento de nosso Empresariado.

Pedimos que se destaquem os empresários ABRAO JOSÉ MELHEM e FREDERICO WILTEMBURG, respectivamente, Presidente e 1° Vice Presidente, que lideraram o movimento vitorioso, e neles estamos cumprimentando todos os demais integrantes da Chapa eleita!

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1484

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Governador do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, pedindo apuração rigorosa e punição exemplar dos culpados pelo massacre ocorrido no último dia 02 de outubro, no Presídio do Carandiru em São Paulo.

Ninguém tem direito sobre a vida de outro, muito menos o Estado, que tem o dever de protegê-la e assegurá-la, segundo os princípios Constitucionais que regem este País.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) LYGIA PUPATTO

Apoio: Ovídio Constantino.

REQUERIMENTO N° 1492

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado Pedido de Informações ao Gabinete do Senhor Governador, para que instrua a COPEL, no sentido de informar o que se segue:

- I) Há diferença na cobrança da tarifa elétrica, em relação aos vários horários, ou seja, há preços diferenciados?
- II) Qual a diferença entre o consumidor residencial, comercial/serviço e industrial?
- III) Convém a COPEL divulgar aos consumidores a existência de tarifa diferenciada, estimulando os mesmos a se beneficiarem de horários mais baratos?
- IV) Que tipo de comunicados são feitos a este respeito?
- V) Especificamente, no horário de 18:00 as 21:00 hs. que diferenças existem em relação aos demais horários?

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1495

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos anais, artigo do jornalista Roberto Barroso Filho publicado no Jornal do Estado - Folha do Paraná, no dia 07 de outubro de 1992, intitulado "O Governador e o Arcebispo", em anexo.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

No artigo em referência, o eminente jornalista Roberto Barroso Filho, apresenta sua opinião a respeito do episódio envolvendo as críticas do Governador do Estado ao Arcebispo Metropolitano de Curitiba, D. Pedro Fedalto.

Na avaliação desse jornalista, não procedem as censuras contra o líder religioso, porque além de sua elevada posição como principal autoridade eclesiástica da Igreja Católica no Paraná, sua Excelência Reverendíssima tem projetado uma atitude de serenidade, interessado sempre na melhoria das condições sociais do povo, por certo objetivo comum de todas as lideranças e homens públicos do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1496

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, transcrição nos Anais dos ofícios en-

caminhados pela Associação Comercial do Paraná a diversas entidades e ao Senhor Presidente da Câmara Federal, solicitando a preservação do Estado do Paraná, respeitando a nossa história, raízes, cultura e a diversas raças que fizeram do Estado do Paraná um dos maiores da Federação Brasileira.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 004/92

Artigo Único - É indicado o Doutor Goyá Campos para o cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado na vaga decorrente da aposentadoria do auditor Fabiano Saporiti Campêlo.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Com a aposentadoria do Auditor Fabiano Saporiti Campêlo ocorre a vacância do cargo, surge a oportunidade desta Assembléia Legislativa de indicar a pessoa do Doutor Goyá Campos para o preenchimento da vaga.

Goyá Campos, natural do Estado de Goiás, formado pela Faculdade de Direito de Curitiba, foi por diversas vezes assessor da Secretaria de Justiça, da Secretaria do Interior e Justiça, da Casa Civil do Governador do Estado, da Prefeitura Municipal de Curitiba, tendo exercido com brilhantismo a Diretoria Geral da Secretaria de Justiça, o cargo de Secretário do Governo Municipal de Curitiba, chegando, também, o de Procurador Geral do Município de Curitiba. É membro da Comissão criada pelo Governo Estado para a elaboração do Novo Estatuto Penitenciário do Estado.

Assim sendo, pelo acima exposto, possui o indicado plenas condições para exercer o cargo de Auditor do Tribunal de Contas, razão pela qual leva a Comissão Executiva fazer a presente indicação.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 271/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Central de Serviços de Alcoólicos Anônimos do Paraná - CENSAAPAR, com sede e foro no Município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Estamos pedindo que esta Casa declare de Utilidade Pública uma Instituição existente desde 1978 e com grande e conhecida atuação em benefício da Comunidade. Trata-se da Central de Serviços de Alcoólicos Anônimos do Paraná - CENSAAPAR.

PROJETO DE LEI N° 272/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná autorizado a doar ao Município de Cruzeiro do Sul, as áreas de terra sob n°s 01 e 02 (um e dois), da quadra n° 11 (onze), com área total de 1.200 m² (um mil e duzentos metros quadrados), havidos por escritura pública de doação lavrada no livro 10-N-A, fls 89, do Tabelaionato de Notas do citado município, objeto da matrícula n° 2.349, do Livro n° 2 do Registro Geral de Imóveis da comarca de Paranacity.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE PARANACITY
MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL

C E R T I D A O

CERTIFICO que revendo, a pedido de parte interessada, os livros de notas deste Cartório, neles no de número 10-N-A, às folhas 89, consta a escritura do teor seguinte: "ESCRITURA Pública de Doação que faz o Município de Cruzeiro do Sul à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, na forma abaixo:- Valor: Cr\$ 100,00. SAIBAM quantos a presente escritura pública de doação virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil noventa e oito, aos três dias do mês de setembro, neste Município de Cruzeiro do Sul, comarca de Paranacity, Estado do Paraná, em Cartório, perante mim, escrevente juramentada, compareceram partes entre si justas e contratadas, a saber: de um lado, como outorgante doador o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL - Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC do MF sob n° 75.731.034/0001-55, neste ato representado por seu Prefeito municipal, Sr. João Julião (RG n° 418.068-PR e CPF n° 107.016.059-87), brasileiro, casado, agricultor, nascido em Promissão, SP, a 07-06-1.938, filho de Alceste Julião e de

Odilia Tamborlim, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado, como-outorgada donatária a FUNDAÇÃO DE SAÚDE CAETANO MUNHOZ DA ROCHA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na capital do Estado do Paraná, à Rua Engenheiro Rebouças, n° 1.707, inscrita no CGC/MF sob n° 76.683,986/0001-03, neste ato representada por seu bastante procurador: Dr. Nélito Sella (RG n° 894.306-PR e CPF n° 170.459.089-20), brasileiro, solteiro, médico, residente e domiciliado em Maringá, neste Estado, nos termos da procuração lavrada às fls 395, do livro 90-P em 20-07-81, no 8° Cartório de Notas de Curitiba, neste Estado, arquivada neste Cartório, os presentes meus conhecidos e das testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas, do que dou fé. E perante essas testemunhas, pelo outorgante doador, na forma que está representado, me foi dito que é senhor legítimo possuidor das datas de terras sob n°s. 1 e 2 (um e dois), da quadra n° 11 (onze), situadas nesta cidade, sede do Município de Cruzeiro do Sul, comarca de Paranacity, Estado do Paraná, com área total de 1.200 (um mil e duzentos) metros quadrados, datas essas que têm as divisas, metragens e confrontações seguintes: DATA 1, QUADRA 11, com 600 metros quadrados: "DIVIDE-SE com a Rua Simão Bolívar no rumo SO-87°06' numa frente de 16,00 metros; com a rua Maria da Conceição Mendes no rumo NO-2°54' na distância de 37,50 metros; Maria da Conceição Mendes no rumo NO-2°54' na distância de 37,50 metros; com parte da data n° 20 no rumo NE-87°06' na largura de 16,00 metros e, finalmente, com a data n° 2 no rumo SE-2°54' numa extensão de 37,50 metros.

Sendo todas as datas mencionadas pertencentes à quadra n° 11 do Patrimônio Cruzeiro do Sul"; DATA 2, QUADRA 11, com 600 metros quadrados: "DIVIDE-SE com a rua Simão Bolívar no rumo SO-87°06' numa frente de 16,00 metros; com a data n° 1 no rumo NO-2°54' na distância de 37,50 metros; com parte da data n° 20 no rumo NE-87°06' na largura de 16,00 metros e, finalmente, com a data n° 3 no rumo SE-2°54' numa extensão de 37,50 metros. Sendo todas as datas mencionadas pertencentes à quadra n° 11, do Patrimônio Cruzeiro do Sul" que os descritos imóveis foram havidos por escritura pública de compra e venda lavrada em 31 de agosto de 1981, no valor de CR\$ 66,67, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paranacity, neste Estado, sob n°s 001/2.348 e 001/2.349; que se encontrando as propriedades tal como se descreve, livres de quaisquer ônus e elas na sua posse mansa e pacífica, resolveu de sua livre e espontânea vontade, isto é, sem coação ou influência de quem quer que seja, doá-las gratuitamente à do-

natária, Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha e, assim, lhe transmite, desde já, pelo Constituto Possessório, o domínio, posse, direito e ação que exercia sobre os declarados imóveis até o presente, de modo a poder a adquirente deles usar, gozar e dispor livremente como seu que fica sendo desta data em diante, por força desta escritura; que, finalmente, para os efeitos e fins de direito, dá a esta o valor de CR\$ 100,00 (cem cruzeiros). Pela outorgada donatária, na forma que está representada, me foi dito, ante as testemunhas, que aceita a doação se, digo, que se lhe faz nos termos desta escritura. Foram-me apresentados os seguintes documentos: 1) Cópia da Lei n° 007/81, aprovada pela Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, e sancionada pelo Executivo Municipal em 12 de junho de 1981, e publicada no jornal "O Regional" de Nova Esperança, Pr, em 26 de junho de 1981; 2) GR-4 n° 2503226.1, da Agência de Rendas Estadual de Cruzeiro do Sul, referente ao pagamento do imposto sobre transmissão inter-vivos. Por se acharem assim justos, pediram-me lhes lavrasse esta, a qual lhes sendo lida na presença das testemunhas, acharam-na conforme, outorgaram, aceitaram e assinam com as testemunhas, que são: Teresa Garcia Marion, professora e João Franchini, do comércio, brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta cidade, do que dou fé. Eu (a) Mary Hitomi Coutinho, escrevente juramentada, escrevi. Custas: (542,00. Cruzeiro do Sul, 03 de setembro de 1981. aa) João Julião. Nélio Sella. Teresa Garcia Marion. João Franchini, Mary Hitomi Coutinho. "Nada mais se continha na referida escritura, para aqui bem e fielmente transcrita por certidão do seu próprio original, com o qual conferi, me reporto e dou fé. Eu, Mary Hitomi Coutinho, tabeliã, a subscrevi, dou fé e assino. Cruzeiro do Sul, aos vinte e dois de setembro de mil novecentos e noventa e dois.

Mary Hitomi Coutinho
Tabeliã

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
MATRÍCULA: n° 2.349 Em 03.09.1981
REGISTRO GERAL - LIVRO N° 2
FICHA N° 001 - (UM)

IMÓVEL

Data de terras sob n° 02 (dois) com 600m², da quadra n° 11 (onze) - da Planta Geral da Cidade e sede do Distrito e Município de Cruzeiro do Sul, nesta Comarca, Estado do Paraná, com as seguintes confrontações: DIVIDE-SE: com a Rua Simão Bolívar no rumo SO. 87°06' numa frente de 16,00 metros; com a data n° 01, no rumo

NO-2°54' na distância de 37,50 metros; com parte da data n° 20 no rumo NE 87°06', na largura de 16,00 metros e, finalmente, com a data n° 03, no rumo SE. 2°54', numa extensão de 37,50 metros.

Imóvel havido em maior porção do GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, conforme consta da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada n° 3° Tabelionato de Notas de Curitiba-Paraná, em data de 16 de outubro de 1.925.

Reg. Anterior - Transcrição n° 2.796 - fls. 11/13, do livro n° 3/d em 07.05.26 - CRI - Tibagi - Paraná.

PROPRIETÁRIA

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (CGC - n° 61.082.962/0003-93)- com sede na Capital de São Paulo, à rua São Bento, 329 - 8° andar - Imóvel compromissado em favor do Senhor ANTONIO ANTICO em 17.11.65 e arrematado pelo Senhor EUCLIDES COUTINHO - (CPF n° 058.338.509/59- RG- 542.203-PR, brasileiro, casado, funcionário de Cartório, residente e domiciliado na cidade de Cruzeiro do Sul - Pr, nos termos da Carta de Arrematação, extraída dos autos sob n° 15/78 do Juízo de Direito desta Comarca-PR, devidamente averbada sob n° 056 - no Livro Especial de Translacionamento, em 18.08.81, no 1° Ofício do Registro de Imóveis de Londrina-Paraná, instituído pelo Provimento n° 260 - art. 15m, e s/parágrafos, instituído pelo Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Geral da Justiça do Estado do Paraná. Eu _____ E. Juramentado, que a subscrevi.

R. 001/2.349 - Protocolo n° 8.297

ADQUIRENTE

Município de Cruzeiro do Sul - CGC n° 75.731.034/0001-55) pessoa Jurídica de Direito Público Interno - CRUZEIRO DO SUL - Estado do Paraná.

TRANSMITENTES

CIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ - (acima qualificada), comparecendo como Anuentes - Cedentes - EUCLIDES COUTINHO (CPF n° 058.338.509/59- RG n° 542.203- PR) e s/m d. MARY HITOMI COUTINHO- (CPF n° 234.770.409/53 - RG n° 990.852-PR, brasileiros, casados, funcionários de Cartórios, residentes e domiciliados na cidade e sede do Distrito e Município de Cruzeiro do Sul, nesta Comarca - Paraná.

TÍTULO FORMA/TÍTULO

Compra e Venda

Escritura Pública lavrada às fls. 106/108 do livro n° E/13 do 1° Ofício desta Cidade-Pr, pelo tab. designado - Marcialio de Freitas - em data de 31 de agosto de 1981.

PROJETO DE LEI N° 273/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica incluído nos currículos escolares, dos cursos de 1° e 2° graus, das redes públicas e particulares, a disciplina de Meio Ambiente.

Art. 2° - As escolas deverão elaborar seus programas didaticamente de acordo com as normas do Cap. VI, Art. 225 da Constituição Federal.

Art. 3° - Os cursos iniciarão suas aulas em caráter instrutivo e não probatório, até seis meses de aprovação da Lei.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

A inclusão da disciplina sobre Meio Ambiente nos currículos escolares das redes públicas e particulares é de suma importância para a atual e futuras gerações, pois visa trazer consciência coletiva mostrando aos alunos a dependência da vida que está atrelada diretamente ao meio em que vivemos. A preocupação coletiva dos alunos com qualidade.

Os cursos de 1° e 2° graus tem condições, ideais para que neles seja incluído a disciplina sobre Meio Ambiente, porque ministram aulas de conhecimentos gerais e científicos necessários ao pleno desenvolvimento da infância e adolescência, no Estado do Paraná.

Enfim, cabe a todos os alunos de 1° e 2° graus, envidar esforços no sentido de reverter a situação desta triste realidade constatada e sentida.

PROJETO DE LEI N° 274/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica assegurado aos ministros de todos os cultos e acesso às entidades civis militares de internação coletiva, da rede hospitalar pública estadual e particular, para prestarem assistência religiosa aos enfermos, em qualquer período durante as 24 horas do dia.

Art. 2° - Os religiosos mencionados no artigo anterior deverão identificar-se perante o setor próprio das mencionadas entidades.

Art. 3° - O Poder Executivo regulamen-

tará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República reza: "artigo 5° - Todos são iguais perante a lei, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva; 111

Ao tomarmos a iniciativa de apresentar esta proposição moveu-nos o interesse de regulamentar, no âmbito do Estado do Paraná, o que já está determinado pelo Texto Maior.

O Constituinte Federal houve por bem assegurar o apoio espiritual aos enfermos como uma das formas de direito individual, cabendo ao legislador estadual a tarefa de regulamentar o exercício de direito.

Assim pensando, submetemos à apreciação da Casa este Projeto, pois sabemos, como ministro acadêmico que somos, do grande número de enfermos clamando pelo apoio religioso durante o período de internamento.

É missão dos ministros do Senhor prestar a mais eficaz assistência aos carentes do apoio dessa natureza, mas em algumas ocasiões, os abnegados servidores religiosos vêem seu acesso embaraçado pela burocracia hospitalar.

Objetivando eliminar o obstáculo aludido é que propomos a medida constante deste Projeto, que assegura os ministros o livre acesso às unidades hospitalares da rede pública estadual, particulares e, aos enfermos, o conforto espiritual que reclamam.

PROJETO DE LEI N° 275/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ a ADOLFO BLEY.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Estamos propondo uma homenagem justa, merecida e que somente engrandecerá o rol de paranaenses ilustres que já mereceram a lembrança desta Casa. Trata-se de Projeto de Lei que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor Adolfo Bley, médico consagrado e grande líder comunitário, cuja folha de serviços prestados ao nosso povo é enorme. Nascido em nossa Capital, em 12 de outubro de 1937, ADOLFO BLEY tem uma vida toda dedicada à Comunidade.

Para melhor ilustrar esta proposta, estamos anexando cópia de seu Curriculum Vitae, que bem demonstra esta afirmação de trabalho pelo seu semelhante.

CURRICULUM VITAE

DADOS PESSOAIS

Nome: Adolfo Bley
Sexo: Masculino
Filiação: Benedito Bley e Dinorah Perry Bley
Nascimento: 12/10/1937
Naturalidade: Curitiba-Pr
Nacionalidade: Brasileiro
Estado Civil: Casado
Carteira de Identidade: RG 258.334 - SSPPR
C.I.C.: 110.254.769-72
Título de Eleitor: 8001 - 4ª Zona - Pr
Certificado de Reservista: 33.031 - Série A do CPOR da 5ª R.M.

CMR: 1389

Endereço particular: Avenida Iguaçu - nº 1.705 - Fone - 223-7369

Curso Primário:
Grupo Barão do Rio Branco
Curitiba-Paraná
1.946 - 1.949

Curso Secundário:
1º Ciclo: Colégio Iguassu - Curitiba - Pr.
- 1.950 - 1.953
2º Ciclo: Colégio Iguassu - Curitiba - Pr.
- 1.954 - 1.956

Curso Universitário:
Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná.
Curitiba - PR.
1.957 - 1.962

ESTÁGIOS

Devido extravio de documentos, fazemos prova de que estagiamos em 1.978, na França como bolsista do Governo Francês.

- ESTÁGIO DE MEDICINA DO TRABALHO NA S.N.C.F. - PARIS
- FARMACOLOGIA NA FACULTE DE MEDICINA PETITIE-SAPETRIERE - PARIS

LAUREA

MEDALHA DO MÉRITO INTEGRAÇÃO PARANAENSE - 1.980, PELA LEI Nº 7205 DE 1988, FOI CONCEDIDO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA O TÍTULO DE VULTO EMÉRITO E HONORÁRIO DE CURITIBA.

CURSOS E ESPECIALIZAÇÕES

- Curso de Medicina Universidade Federal do Paraná - 1.962.
- Curso de Doenças Ocupacionais - 1.979.
- Curso de Análise de Problemas e Tomada de Decisões.
Projeto KEPNER - TREGOE/GENCO - 5 à 9 de junho 1.978.
- Curso de Especialização em Pediatria - expedido pela Sociedade Brasileira de Pediatría - 1.966.
- Curso de Médico do Trabalho - expedido pela Fundacentro e Universidade Federal do Paraná - 1.976.
- Alcoolismo em Empresa - 1983.
- Curso de Motivação realizado em Curitiba pela RFFSA/SENAI.
- Curso de Presidente de Juntas Médicas Federais, de 20 a 21 de julho de 1982 em Brasília.
- Curso PROFAG de Aperfeiçoamento Gerencial promovido pela Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais em 1989.
- Curso de Programa de Formação e Aperfeiçoamento Gerencial - Organização do Trabalho, promovido pela Fundação Instituto de Economia da Universidade de São Paulo em setembro de 1989.
- Programa de Formação e Aperfeiçoamento Gerencial - Equipe de Trabalho, promovido pela Fundação Instituto de Administração da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, em novembro de 1989.

ELOGIOS E VOTOS DE LOUVOR

- Elogio recebido através da Resolução nº 311/80 de 28 de agosto de 1.980, do SUPERINTENDENTE REGIONAL DA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - CURITIBA-PR.
- Voto de Louvor concedido pela Assembléia Legislativa do Paraná, em 1.961, requerido pelo Deputado Marion Perich.
- Elogio de Professor de Segurança do Trabalho da Universidade Federal do Paraná - 1.976.
- Declaração do Coordenador do VII Curso de Medicina do Trabalho.

CONGRESSOS

- XVIII Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - 1979.
- XVI Congresso Brasileiro de Pediatria - 1969.
- III Congresso do Acadêmico Americano de Pediatria - 1969.
- III Congresso da Associação Brasileira de Estudos de Alcool e Alcoolismo - 1983.

V Congresso da Associação Nacional de Medicina do Trabalho - 1987.

I Simpósio Paranaense de Ética Médica - 1987.

- Palestrista do Encontro de Integração Técnica realizado no período de 17 a 20 de outubro de 1983, patrocinado pela Secretaria de Cultura e Esportes, conf. Ofício nº 088/83 da mesma entidade.

- VIII Congresso Brasileiro de Alcoolismo, de 13 a 16 de abril de 1989.

- III Seminário Sul Brasileiro da Associação Nacional de Medicina do Trabalho, em 1984 - Curitiba.

- II Jornada Paranaense de Saúde Ocupacional - 1984, em Curitiba.

PARTICIPAÇÃO EM CORPO DOCENTE

- Professor colaborador do Departamento de Ciências Fisiológicas do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, nos anos de 1977 e 1978.

- Pertencente ao Corpo Docente do Curso de Especialização para a formação de Médico do Trabalho, ministrado no ano de 1976, pela Universidade Federal do Paraná e FUNDACENTRO.

- Professor Coordenador da disciplina de Higiene do Trabalho do Curso de Especialização para Formação de Médico do Trabalho - FUNDACENTRO, 1980.

- Professor Coordenador da disciplina de Doenças Profissionais, do Curso de Especialização para Formação de Médico do Trabalho - FUNDACENTRO, 1980.

- Professor Coordenador da disciplina de Doenças Profissionais, do Curso de Especialização para Formação de Médico do Trabalho - FUNDACENTRO, 1981.

- Professor da disciplina de Medicina Legal da Universidade Federal do Paraná.

- Professor Coordenador do Curso de Enfermagem do Trabalho - da Universidade Federal do Paraná - 1983.

- Coordenador do Curso de Medicina do Trabalho da Universidade Federal do Paraná - 1983.

- Coordenador Geral dos Cursos de Medicina do Trabalho e Enfermagem do Trabalho da Universidade Federal do Paraná - 1985.

- Chefe da disciplina de Deontologia Médica da Universidade Federal do Paraná - 1987.

CONHECIMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Francês - Espanhol

TRABALHO APRESENTADO

- Alcoolismo como causa do absenteísmo e de acidente do trabalho.

- Aborto - 1981.

- Pneumopatias profissionais.

- Surdez causada por ruídos profissionais.

- Queimaduras em acidentes do trabalho.

- Reflexões sobre um País em desenvolvimento.

CONCURSOS

- Concurso público para Médico do Trabalho na Rede Ferroviária Federal S/A, em 1972, sendo aprovado em primeiro lugar.

- Aprovado no concurso vestibular da UFP - Curso de Medicina - 1956.

- Aprovado em concurso público na Universidade Federal do Paraná, para a disciplina de Medicina Legal no Departamento de Medicina Forense e Psiquiatria.

ASSOCIAÇÕES

- Pertence à Sociedade Paranaense de Pediatria.

- Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

- Associação Brasileira de Estudo do Alcool e Alcoolismo.

- Sociedade Brasileira de Pediatria.

- Sindicato dos Médicos do Paraná.

CURSO DE EXTENSÃO

- Hipnose Médica - Setembro/1960.

- Semana Paranaense de Pediatria - 26 a 29 de setembro de 1972.

- Simpósio sobre Distúrbios do Comportamento na Infância e Adolescência - 17 a 18 de setembro de 1976.

- 1ª Jornada Paranaense de Imunizações - outubro de 1976.

- VI Semana Paranaense de Pediatria - 22 a 27 de novembro de 1976.

- Curso sobre Atividades e Operações Insalubres e Perigosas, promovido pela FUNDACENTRO em outubro de 1981, na cidade do Rio de Janeiro.

- Reunião Técnica de Cargas e Mercadorias Perigosas, promovido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - 1987.

ATIVIDADE QUE EXERCE E EXERCIDA

- Professor Coordenador das Disciplinas de Higiene do Trabalho e Doenças Profissionais - ministrado pela FUNDACENTRO.

- Diretor-Presidente da Clínica Infantil Dr. Adolfo Bley Ltda S/C.

- Médico do Trabalho da Rede Ferroviária Federal S/A, Portaria nº 01/77 MPS-5- 07.11.77.

- Chefe do Setor de Medicina Ocupacional da Rede Ferroviária Federal S/A - SR-5.

- Designado pela Resolução nº 439/78, de 20 de agosto de 1978 para gerenciar os seguintes Postos de Saúde da Rede Ferroviária Federal S/A - SR-5: Ponta Grossa, Londrina, União da Vitória, Lages e Uruaçu.

- Designado pela Resolução nº 279/79, do Superintendente Adjunto de Pessoal, da Rede Ferroviária Federal S/A, Regional - Curitiba, para compor a Comissão de Segu-

rança do Pessoal do Tráfego.

- Ato de Designação nº AD/09/SPS-5, de janeiro de 1980, do Superintendente Adjunto de Pessoal, da Rede Ferroviária Federal S/A, Regional - Curitiba, designado para compor a Equipe Interprofissional Executiva, para desenvolver projeto de Análises Profissiográficas.

- Resolução nº 166/80, de 11 de abril de 1980, do Superintendente Regional de Curitiba, para compor a Comissão de Segurança do Pessoal do Tráfego.

- Resolução nº 106/76, de 12/11/76, do Superintendente Regional de Curitiba, designando para compor a Comissão Especial para Estudo de Insalubridade e Periculosidade na Regional de Curitiba.

- Ofício nº 01/71, de 12 de abril de 1971, designando Diretor do Corpo Médico, do Hospital e Maternidade São José.

- Foi Diretor de Assistência Social da Cooperativa dos Funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - 1965 a 1968.

- Foi Médico do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

- Foi Presidente da Associação Rodoviária do Paraná (Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná).

- Foi designado pela Portaria nº 469, de 09 de maio de 1967, para exercer o cargo de Chefe da Divisão de Assistência Social do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

- Pela Portaria 636, foi designado para exercer a Chefia da Seção Médica do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

- Professor da disciplina de Medicina Legal da Universidade Federal do Paraná.

- Pelo aviso de Seleção 11/78 de 21 de março 1.978 foi designado pelo Senhor Superintendente Adjunto de Pessoal, da Rede Ferroviária Federal S/A, para compor Banca Examinadora do Concurso para Engenheiro de Segurança do Trabalho.

- Pelo Aviso de Seleção 18/80, de 14 de julho de 1.980 foi designado pelo Senhor Superintendente Adjunto de Pessoal, da Rede Ferroviária Federal S/A, para compor a Banca Examinadora do Concurso para Médico do Trabalho.

- Pelo Aviso de Seleção 41/79, de 3 de outubro de 1.979 foi designado pelo Senhor Superintendente Adjunto de Pessoal, da Rede Ferroviária Federal S/A, para compor a Banca Examinadora de Médico do Trabalho.

- Foi diretor Administrativo da Clínica Infantil Menino Deus.

- Foi designado pela circular 01/70 de 20 de julho de 1.970, para compor a Comissão de Revisão de Contas do Hospital e Maternidade São José.

- Declaração do Hospital Nossa Senhora do Carmo de Médico Berçarista.

- Ofício nº 07/71-SA de 14 de janeiro de 1.971 do Instituto de Previdência de Assistência aos Servidores do Município de Curitiba, para dar atendimento aos Recém Natos beneficiários do IPMC.

- Permissão datada de 18 de maio de 1.961, para ser responsável pelo Laboratório de Análises Clínicas, permissão fornecida pelo Secretário de Saúde Pública do Paraná - Departamento de Saúde.

- Declaração de Neo - Natalogista e Pediatria da Clínica Vila Hauer Ltda.

- Declaração de Associado da Sociedade de Pediatria que desempenhou as funções de Tesoureiro.

- Declaração que desempenhou as funções de Tesoureiro Geral do XVI Congresso Brasileiro de Pediatria em 1.969.

- Declaração da Clínica e Pronto Socorro Nossa Senhora de Lourdes, de que é responsável pela Clínica Pediátrica e Neo-Natal.

- Declaração do Hospital e Maternidade São José, de que é Chefe da Clínica Neo-Natal do Hospital.

- Faz parte do Comitê de Assuntos Perinatais da Sociedade Paranaense de Pediatria.

- Professor da Disciplina de Deontologia Médica da Universidade Federal do Paraná.

VIDA MAÇÔNICA

Iniciada na Loja Dario Vellozo nº 06, onde ocupou vários cargos, inclusive o de Venerável da Loja.

Foi eleito Deputado do Grão Mestre para o período de 1983 à 1986.

Foi eleito Grão Mestre da Grande Loja do Paraná, para o período de dezembro de 1986 à dezembro de 1989.

Reeleito Grão Mestre da Grande Loja do Paraná, para o período administrativo de 1989 a 1992.

Representante para o Brasil do Grande Capítulo Geral de Maçons do Real Arco Internacional.

Capítulo "Jerusalém" de Maçons do Real Arco.

PROJETO DE LEI Nº 276/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários de Veículos de Transporte Escolar de Curitiba, com sede e foro no Município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Proprietários de Veículos de Transporte Escolar de Curitiba - APVTEC já é declarada de Utilidade Pública pela Câmara Municipal de Curitiba e tem todos os documentos necessários, que estamos juntando.

Trata-se de uma Entidade muito séria, que presta um bom serviço à nossa Comunidade.

PROJETO DE LEI N° 277/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído o Dia do Engenheiro de Segurança no Trabalho do Paraná.

Art. 2° - Esta data será comemorada todo dia 14 de outubro de cada ano.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O Brasil é recordista mundial em acidentes do trabalho. A cada ano, os números estatísticos são aterradores, revelando que milhões de trabalhadores sofrem acidentes em seu trabalho, gerando aleijados, deixando famílias órfãs ou mesmo prejudicando o rendimento e a qualidade do trabalho, em função do acidente.

Em nosso Estado, em 14 de outubro de 1974, foi criada a Associação Paranaense dos Engenheiros de Segurança no Trabalho, entidade pioneira e que tem desenvolvido um grande trabalho de conscientização e combate a este elevado número de acidentes do trabalho.

As causas do acidente de trabalho vão desde a má alimentação, fadiga e falta de equipamentos adequados, além de cumprimento de normas de segurança. Por isto, é fundamental que prestigiemos, que estimulemos aquelas Entidades que se dedicam a esta dura tarefa de reduzir os acidentes de trabalho e retirar o nosso País desta incômoda posição de campeão mundial de acidentes de trabalho.

Consagrar o dia 14 de outubro de cada ano ao Engenheiro de Segurança do Trabalho em nosso Estado é uma maneira de premiar aqueles que agem neste sentido.

PROJETO DE LEI N° 278/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Espírita de Amparo à Criança Geraldo Figueiredo, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Espírita de Amparo à Criança Geraldo Figueiredo, é uma Sociedade Civil de caráter Assistencial, sem fins lucrativos, que tem por finalidade proporcionar às crianças sem família, assistência integral em regime de internato, prestar serviço de utilidade pública, recebendo menores de zero a três anos de idade, em estado de abandono, propiciando sua integração à sociedade, razão pela qual solicitamos o apóio dos nobres Parlamentares à aprovação do presente.

PROJETO DE LEI N° 279/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Grupo Ecológico Campos Gerais, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.92.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima citada, tem por objetivos principais a proteção do meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, bem como alertar e mobilizar a sociedade em geral na melhoria da qualidade de vida, através de um desenvolvimento auto-sustentado, para as futuras gerações.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos Nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis, ao Plano de Lei ora apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Há sobre a mesa requerimento de preferência de discussão e votação do Decreto Legislativo 4/92, sobre todas as matérias, que autoriza o Sr. vice-Governador a se ausentar do País, desta data até o dia 31 do corrente.

Srs. Deputados que aprovam a ausência do Sr. vice-Governador conservem-se como estão.

Aprovado.

Não há oradores inscritos no Pequeno

Expediente e nem no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças consulto a Liderança do PTB.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PL.

(Declina).

PT.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PST.

(Declina).

PMDB.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Fui incumbido, pela Liderança do meu partido, de usar da palavra neste momento para dizer da nossa grande esperança no sentido de que o acidente que envolveu o Deputado Ulysses Guimarães e o Senador Severo Gomes possa ter sido apenas mais um acidente na história e na vida das pessoas. Não sabemos o que realmente aconteceu. Sabemos apenas que as nossas preces, a nossa esperança, o nosso desejo é no sentido de que este acidente seja apenas com danos materiais.

Mas tudo indica, -esperamos que estejamos absolutamente equivocados, que é um acidente fatal.

O noticiário de quinze minutos atrás nos informava que o corpo do comandante do helicóptero já havia sido localizado por um pescador. E eu, como muitos aqui que conheceram, que tiveram o privilégio de conhecer estas duas ilustres pessoas e personalidades do mundo político brasileiro, estamos realmente muito entristecidos.

Quero repetir que em que pese não termos tido até agora, -felizmente, a confirmação da tragédia, temos indícios veementemente deste fato, mas lamentamos profundamente.

Fui durante muitos anos amigo, companheiro, muitas vezes confidente do Deputado Ulysses Guimarães. Fui seu liderado durante estes anos todos quando chegava nesta Casa em 79, e depois na Câmara dos Deputados como seu colega em 83. Convivi com ele na Presidência da Câmara dos Deputados, como conviveu o Deputado Oswaldo Trevisan. Convivi com ele, trabalhei com ele, muito próximo, durante a Assembléia Nacional Constituinte.

Tendo eu as minhas origens no Norte do Paraná, sendo eu um homem que sonhou, como sonharam todas as crianças desse País um dia fazer alguma coisa de bom para o seu

semelhante, eu posso dizer como homem comum que o Deputado Ulysses Guimarães foi uma das pessoas mais impressionantes que eu conheci em toda a minha vida, exemplo de homem público. Eu sei que na vida pública muitas vezes falam de todos nós sem nós devermos, mas de Ulysses Guimarães eu nunca ouvi falar nada.

Quando presidiu a Câmara foi um Deputado, foi um Presidente austero, cumpriu com todas as determinações legais, principalmente no que diz respeito ao relacionamento Câmara dos Deputados/Deputados/funcionalismo e a sociedade civil, mas nunca, em nenhum momento se valeu da sua condição. Quando se decidia se ele, na condição de Presidente da Câmara, podia ao mesmo tempo ser Presidente da Constituinte, nós imediatamente levantamos a bandeira da defesa desta tese porque sabíamos que ele acumulando estas duas importantes funções o País é que sairia ganhando, porque se tivéssemos de um lado ele como Presidente da Constituinte, que já estava certo, e o outro colega Presidente da Câmara, num relacionamento diário, já que era a Câmara que dispunha de orçamento para a execução dos trabalhos da Constituinte.

Se a Constituinte demorou, Deputado João Arruda, teria demorado muito mais se não houvesse essa junção, este acúmulo de funções pelo Deputado Ulysses Guimarães. Homem que desde o primeiro instante em que militei no PMDB lá pelo idos de 69 era o nosso Líder, enfrentando o regime militar autoritário, se indispondo, correndo riscos para restabelecer a democracia neste País. Teve grandes oportunidades de se beneficiar do poder e nunca o quis. Na sequência liderou a campanha das diretas e ficou conhecido como "Senhor Diretas". Como eu, como milhares de brasileiros, ele assistiu tristemente na madrugada do dia 24 de abril de 84 esta proposta ser arquivada.

Na sequência nós não tivemos outra alternativa a não ser ir ao colégio eleitoral. Fomos e elegemos o Presidente Tancredo Neves, e o Doutor Ulysses. Na sequência dos fatos lamentáveis e que a história registra da doença de Tancredo, de madrugada, eu e o Deputado Trevisan, era mais ou menos uma e meia da madrugada, reunidos que estávamos sob a liderança do então Senador Álvaro Dias já eleito Governador, fomos ao Congresso Nacional para acompanhar de perto as tratativas com vistas à posse do Presidente da República no dia pré-determinado pela Constituição.

E chegando ao Congresso deparamos, Deputado Toti Colaço, com uma reunião com pouco mais de meia dúzia de pessoas, dentre as quais Ulysses Guimarães, e eu me lembro que em um determinado momento, em plena discussão, Deputado Djalma de Almei-

da César, eu tomei a liberdade de pedir a palavra para me somar às vozes de poucos naquela reunião para dizer que quem tinha que assumir a Presidência da República naquele momento era a Sua Excelência, o Presidente da Câmara, o Deputado Ulysses Guimarães nos termos da Constituição. Uma vez que vice não existia porque o titular não tinha tomado posse, porque Tancredo, no dia de sua posse, estava hospitalizado. Mais uma vez o Doutor Ulysses, este exemplo de homem para mim, levantou a sua voz, Deputado Dirceu Manfrinato, e disse: "Eu quero discordar do Tavares. Acho, Sarney, que você tem que assumir a Presidência da República porque é uma forma de nós testarmos os militares e vermos até onde eles estão dispostos a conviver conosco e com o novo regime que se instala a partir de hoje".

E por que é que ele fazia esta colocação? Ele fazia porque Sarney era tido, e para mim foi um traidor da Revolução. Tanto é verdade que o Presidente Figueiredo se recusou a passar a faixa presidencial ao então vice-Presidente em exercício na Presidência José Sarney. E o Dr. Ulysses, preocupado com o fortalecimento do regime democrático que estava começando a nascer, disse exatamente essa frase: "eu acho, Sarney, repito, que é você quem tem que assumir a Presidência da República, porque é uma forma de nós testarmos os militares e vermos até onde eles estão dispostos a conviver conosco".

Este foi o Deputado Ulysses Guimarães que conheci. Num determinado momento na vida política nacional passou a ser motivo de chacota, era o homem que queria todos os cargos, mas aqui, de maneira muito rápida, eu procurei esclarecer para a história e para os Anais desta Casa como é que o acúmulo de dois cargos aconteceu.

Ele era um homem, Sr. Presidente, absolutamente desprendido, uma pessoa absolutamente sincera, toda vez que consultava a ele à respeito de política ele dizia: "eu amo a política, eu não vivo sem a política, eu jamais viverei sem a política que para mim é o alimento da minha vida".

Esse foi Ulysses Guimarães.

Eu repito o que disse no começo, eu tenho fé, tenho esperança que esse acidente seja apenas um acidente, mas a gente tem alguns pressentimentos de que já que o corpo do comandante foi encontrado, encontrado morto, evidentemente que só Deus, mais ninguém, poderá operar sobre essas pessoas e fazer com que elas voltem a conviver conosco. Mas tudo indica que a tragédia se consumou, numa hora difícil, numa hora em que a figura de Ulysses Guimarães poderíamos qualificá-la como indispensável para esse momento da política nacional. Mas se isso aconteceu é porque a vontade

de Deus sabe o que faz.

Concedo aparte ao Deputado Oswaldo Trevisan que comigo também conviveu muito tempo com essa figura ímpar do Deputado Ulysses Guimarães.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Nobre Deputado

José Tavares eu compreendo a tristeza que invade seu coração neste momento de expectativa e de dor pelo presumível passamento do ex-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte Ulysses Guimarães, com quem nós convivemos tanto na Constituinte, como anteriormente como Deputado Federal.

Eu testemunho também a estreita amizade que V.Exa. tinha com Ulysses Guimarães. Acompanhamos de perto a sua vida pública, a sua vida política durante a nossa estada em Brasília. Além do relacionamento que V.Exa. traz da integridade, da honradez e da competência de Ulysses Guimarães como homem público eu quero também trazer o meu testemunho e dizer a esta Casa e a este Estado que se nós temos hoje uma Constituição aprovada no dia 05.10.88 nós devemos a esse homem Ulysses Guimarães.

V.Exa. lembra bem os momentos difíceis porque passamos na elaboração da Assembléia Nacional Constituinte, e um dos momentos da maior gravidade nós passamos na elaboração da Assembléia Nacional Constituinte, e um dos momentos da maior gravidade nós passamos quando eram imprevisíveis os rumos da Constituinte num certo dia, quando se dizia que a Constituinte estava tornando o País ingovernável, e nos lembramos que a Sessão se iniciou por volta de uma hora da tarde e havia as expectativas mais sombrias naquele Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, quando aquele dia tudo podia acontecer; poderíamos encerrar naquele dia ali todos os trabalhos da Constituinte e nada mais termos pela frente, não termos a democracia, não termos a Constituinte e não termos conseguido fazer a travessia democrática.

Até que, por volta de duas horas, sobe à Mesa, à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte, a respeitável figura de Ulysses Guimarães que fez um discurso de 40 minutos. Vendo esse discurso, a Nação estava salva, a Constituinte prosseguia, a paz voltava a reinar naquele Plenário e, dali para frente, conseguindo fazer a travessia democrática, depois de 20 anos de luta, e firmar a democracia. E Vossa Excelência também viveu conosco aquele momento histórico.

Por isso, quero somar-me agora com Vossa Excelência, neste momento de expectativa e de dor pela possível perda deste grande estadista, deste grande homem público que foi Ulysses Guimarães.

Vossa Excelência, em vindo à tribuna registrar este fato e essa preocupação com

Ulysses Guimarães na tarde de hoje, presta também um grande serviço aos honrados homens públicos deste País.

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito obrigado, querido colega Oswaldo Trevisan, que com muita propriedade relembra mais um dos muitos importantes momentos da vida deste País, vividos sob a liderança do Deputado Ulysses Guimarães.

Realmente ele, ao longo desses anos, principalmente a partir do instante em que passei a conhecê-lo de perto e conhecer sua história, foi um homem que eu poderia qualificar como o modelo de homem público a ser seguido; um homem que em todos os momentos difíceis da vida da Nação sempre esteve presente em primeiro plano e com sua experiência e com seu alto senso de conhecimento político, de equilíbrio como cidadão, colocava as coisas de maneira muito clara e transmitia à Nação a tranquilidade que todos nós esperávamos.

Realmente é um momento difícil, Deputado Trevisan. Nós que não temos ainda a certeza do que aconteceu podemos apenas fazer preces a Deus para que nada de mais grave tenha ocorrido, mas, lamentavelmente, pelas informações, pelos indícios, pelos prenúncios que todos nós recebemos ao longo do dia de hoje, não nos dá nenhuma tranquilidade maior.

E é neste sentido, e torcendo para que nada de grave tenha ocorrido, mas se ocorrer foi por um desígnio de Deus, é que venho aqui me colocar, dizer estas palavras como amigo, como companheiro, como admirador, como alguém que tem procurado seguir os seus exemplos numa hora tão difícil como esta.

E, para concluir eu gostaria de dizer o seguinte, Sr. Presidente, ainda ontem em Londrina, assistindo com a minha filha Carolina a um programa infantil em uma das redes de televisão, num determinado momento ela virou para mim e me disse o seguinte:

- "Pai, o Senhor ainda tem aquela Constituição que o Dr. Ulysses autografou?" Eu falei: "tenho". E ela disse:

- "Então, traga ela aqui para casa. Eu gostaria de mostrar para as minhas amigas na escola". E eu disse: "Está no meu gabinete em Curitiba, e amanhã, minha filha quando eu chegar lá, vou pegar essa Constituição e trazer para ficar em nossa biblioteca aqui em casa".

Lamentavelmente, no dia de hoje, vindo de Londrina para cá, depois de termos vivido esta tragédia aqui na Serra de São Luiz do Purunã que a Nação inteira se chocou, nós recebemos essa notícia que também nos choca profundamente.

Eu acho que se Deus decidiu, porque é Deus que decide a nossa vida, Deus que de-

termina o nosso nascimento e conseqüentemente, a nossa passagem por esta vida, se isso aconteceu foi por vontade de Deus, eu acho que nós temos que procurar tirar disto uma grande lição.

Eu particularmente quero repetir aqui, que eu sempre tive no Deputado Ulysses Guimarães, tive nele um modelo de homem público a ser vivido, homem digno sob todos os aspectos: humilde, educado, um homem que valorizava muito os seus companheiros. Em momento algum eu vi Ulysses Guimarães elevar a voz contra alguém, em momento algum.

Em momento algum eu vi Ulysses Guimarães destratar alguém e por isso mesmo que desde o primeiro momento em que eu me filiei ao único partido político, o PMDB, e presidido por ele a partir daquele momento em todas as oportunidades que o Doutor Ulysses Guimarães disputou qualquer tipo de eleição, direta ou indireta, no âmbito do partido ou da Câmara eu sempre fui seu cabo eleitoral.

E disso eu me orgulho muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Assembléia, por sua Mesa e por suas Lideranças, espera que Deus tenha poupado a vida do casal Ulysses Guimarães e do ex-Senador Severo Gomes.

Vamos rezar para isto.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, o Deputado Quielse, através de informações, diz que foi confirmado. Já foram localizados os corpos e todos realmente faleceram.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu proponho que a sessão de amanhã seja realizada em homenagem póstuma ao Doutor Ulysses, dependendo da ratificação do Plenário.

Vamos prosseguir nesta sessão lamentando o acidente e transformando a sessão de amanhã em homenagem póstuma ao Doutor Ulysses, sua esposa e ao ex-Senador Severo Gomes e ao piloto também.

PMDB com a palavra.

Declina.

Encerrado o Horário do expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Milton Barbosa, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Decreto Legislativo nº 004/92, que autoriza o Senhor vice-Governador Mário Pereira, a se ausentar do País a par-

tir desta data, até dia 31 do corrente mês. **Aprovado.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 004/92, de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº 04 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 260/92. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 71/92, que reajusta a partir de 1º de setembro de 1992, os salários do pessoal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho CLT. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 138 de 07.10.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 260/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei oriundo do Poder Executivo, reajusta a partir de 1º de setembro de 1992, os salários do pessoal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, regidos pela CLT.

Chamada esta Comissão a opinar, quanto à constitucionalidade do projeto, nada encontramos que obste a normal tramitação do mesmo.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.10.92
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 260/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 71/92, tem por finalidade reajustar, a partir de 1º de setembro de 1992, os salários do pessoal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

O Plano de Lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu Relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei nesta colenda Casa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.92
(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/91, de autoria do Deputado Durval Amaral, faculta a toda a pessoa residente no Estado do Paraná a autorização de doação de órgãos para fins de transplante, consignada em sua carteira de identidade ou habilitação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. EMENDAS DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 477/91

AUTOR: DEPUTADO DURVAL AMARAL

P A R E C E R:

I - O Projeto de Lei em exame faculta a toda pessoa residente no Estado do Paraná autorização de doação de órgãos para fins de transplante, consignado em sua Carteira de Identidade ou de Habilitação.

II - Esta douta Comissão já manifestou-se favoravelmente, sobre a matéria. Durante o seu trâmite, quando em discussão no plenário desta Casa, foram apresentadas 08 (oito) emendas como substitutivo geral, de autoria do Deputado Algaci Túlio e 07 (sete) de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores.

III - Retorna o presente para esta Co-

missão, a fim de que examine a viabilidade das emendas, o devido prosseguimento do Projeto.

IV - Na análise das emendas não encontramos vícios que possam obstar a sua apreciação. Assim sendo, nos manifestamos favoravelmente, pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.10.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

Emendas de Plenário. O projeto está na fase de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, nós estivemos analisando as Emendas apresentadas ao Projeto e pela análise que a gente faz, que já fizemos e que repetimos a análise neste momento, nós entendemos que a Emenda de nº 1 ela de certa forma, de autoria do Deputado Algaci Túlio, ela de certa forma, por ser uma Emenda Substitutiva Geral ela corrige de fato algumas pendências, algumas deficiências que apresentava o projeto original de autoria do Deputado Durval Amaral.

Por esta razão nossa recomendação na tarde de hoje é de que votemos a favor da Emenda Substitutiva Geral nº 1 de autoria do Deputado Algaci Túlio e que rejeitamos as demais Emendas porque numa análise que a gente faz, a gente percebe que aquilo que de alguma forma foi melhorado pela proposta do Deputado Algaci Túlio, ao aprovarmos as outras 7 emendas, pode, de certa forma, tirar o valor e tirar, vamos dizer assim, o conteúdo apropriado que resulta se aprovarmos a Emenda nº 1.

Por esta razão nós recomendamos que seja aprovada a Emenda Substitutiva nº 1 do Deputado Algaci Túlio e que as demais sejam aprovadas por este Plenário de forma que possamos ter realmente melhorado o Projeto de autoria do Deputado Durval Amaral que estabelece mecanismos e parâmetros com referência à doação de órgãos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, eu quero concordar plenamente com o Deputado Orlando Pessuti e pedir à Bancada do PT que subscreva as Emendas, porque o ano de 1991 nós instituímos como o Ano Estadual dos Transplantes no Estado do Paraná.

E já naquele meu projeto aprovado por esta Casa consta todas as Emendas colocadas pela Bancada do PT neste projeto do Deputado Durval Amaral.

Vamos repetir aqui Leis que já existem nesta Casa.

Então eu pediria ao Deputado Ovídio Constantino para que entendesse, para que pudesse aprovar o mais rápido possível este Projeto. Ou então, se forem colocadas

em votação, eu pediria também para que elas fossem rejeitadas, porque a minha Emenda Substitutiva já amplia todas estas emendas, além do que é constante do meu projeto, que foi a Lei 4.479, votada no dia 17 de dezembro de 1990, que cria, que dá estímulos àqueles que forem doadores de órgãos.

Este é o apelo que eu faço: para que votem na Emenda nº 1, conseqüentemente, invalidando as demais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero dizer aos Senhores que nós fomos também favoráveis ao Substitutivo do Deputado Algaci Túlio. Porém, entendemos que algumas de nossas emendas não estão contempladas no Substitutivo.

Eu queria consultar a Mesa se em votando o Substitutivo como ficam as Emendas que foram apresentadas em Plenário da mesma forma que o Substitutivo. Como se procederá a votação?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O Substitutivo e as Emendas serão votadas.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Eu quero encaminhar, Senhor Presidente, então, as Emendas de nºs 3, 4 e 7. Solicito a retirada das mesmas porque elas estão contempladas no Substitutivo do Deputado Algaci Túlio.

Portanto, somos favorável ao Substitutivo e retiramos as Emendas 3, 4 e 7, e mantemos as Emendas: 2, 5, 6 e 8, porque no nosso entendimento elas não estão contempladas no Substitutivo. A Emenda, salvo o Deputado Algaci Túlio possa nos convencer, na nossa análise a Emenda nº 2 garante a capacidade civil plena para a doação de órgãos. A nossa Emenda nº 2 diz o seguinte: "O Estado concederá..." (Lê a referida Emenda). E a nossa justificativa é a de que: "Face ao extermínio de menores..." (Lê a referida justificativa).

Então, crianças e adolescentes em nosso País correm o risco de matança, de fraudes no sentido da doação de órgão. No nosso entendimento essa emenda corrige no sentido de que a pessoa física com capacidade civil tenha o poder de decisão, essa Emenda não fere e não muda em nada o Projeto apenas aperfeiçoa, porque dá condição de que a pessoa por livre e espontânea vontade, a pessoa que tem a capacidade civil plena de decidir possa ter a decisão de doar os seus órgãos em vida.

Por isso nós mantemos essa emenda nº

2.

Senhor Presidente, para informar ainda Vossa Excelência vai colocar as Emenda uma a uma em votação... como eu já fiz a defesa da Emenda n° 2 e na seqüência depois no momento de votação, nós faremos das outras, mas no nosso entendimento as outras Emendas que nós mencionamos, elas não estão contempladas e nós argumentaremos no momento da votação, mas de antemão confirmamos a retirada das três Emendas que anunciamos e somos favoráveis ao Substitutivo, mas que votemos também as emendas que nós mantemos para votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo.

Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo, queiram conservar-se como estão.

Emenda n° 1.

Emenda n° 2. Senhores Deputados que aprovam...

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, só para reafirmar que essa Emenda n° 2 é que eu acabei de defender e que nós gostaríamos que o plenário mantivesse essa Emenda porque ela traz uma correção ao projeto no nosso entendimento para se evitar problemas futuros até para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emenda n° 2. Senhores Deputados que aprovam a Emenda conservem-se como estão. **Rejeitada.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam a Emenda n° 2.

14 Senhores Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam, 19 rejeitam. Está **rejeitada** a Emenda.

Em votação a Emenda n° 5.

Senhores Deputados que aprovam a Emenda...

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar) Senhor Presidente. A nossa Emenda n° 5 tem a seguinte redação:

(Lê): "A formação do Banco..."

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no nosso entendimento esta Emenda vem também corrigir, vem enriquecer o Projeto de Lei ao Substitutivo do Deputado Algaci Túlio, porque essa Emenda, ela tem a preocupação de coibir a comercialização de órgãos e a inclusão desse artigo é justamente no sentido de estabelecer um tratamento igualitário a todos os receptores independentes de situação econômica. No momento

em que se dá oportunidade para a rede privada estabelecer a formação de banco de órgãos, vai acontecer uma coisa que nós entendemos que ninguém de nós gostaria que acontecesse, se usar os órgãos, provavelmente os órgãos das pessoas que se dispuseram a doar talvez como comércio e no nosso entendimento, quando isso é feito pelo serviço público, exclusivamente pela Secretaria do Estado da Saúde e se veda a concessão a qualquer título a rede privada, nós estaremos dando garantia de que todos os cidadãos, independente de situação econômica, independente de situação que ele esteja ele vai ter a condição de estar cadastrado, de estar na relação e na lista para ser contemplado com a doação de órgãos, na medida em que a rede privada também vai trabalhar nesse sentido, vamos dizer, assim explorar essa atividade, o que vai acontecer - as pessoas que tiverem mais capacidade de comprar ou de adquirir esses órgãos que um doador deu, por razões ou por medidas que não necessariamente nós precisamos detalhar, vai acontecer a discriminação das pessoas que têm a necessidade.

Portanto a Secretaria do Estado fazendo isso, fazendo o cadastramento e ela só tendo o controle, nós estaríamos dando condições de realmente o serviço ser prestado com mais seriedade a todos aqueles que precisam. Não que não se confie na rede privada. Mas é uma situação lógica: a rede privada tem como fim a sua exploração econômica, o ganho econômico e com isso nós vamos dar condições de criar reais injustiças no Estado do Paraná e situações que, no nosso entendimento, serão abusivas, no sentido de fazer com que os receptores tenham a condição de receber o seu órgão doado.

Por isso nós entendemos necessário, Senhor Presidente e Senhores Deputados a aprovação desta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda n° 5. **Rejeitada.**

Emenda n° 6, em discussão, em votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Nós demos a seguinte redação: "Todo e qualquer transplante previsto nesta Lei será realizado sem ônus, tanto para o doador quanto para o receptor". Da mesma forma que encaminhei a emenda anterior, esta emenda vem também corrigir a garantia ou para que não haja privilégios no encaminhamento e na doação de órgãos.

Por isso entendemos necessário que permanecesse no Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda n° 6. **Rejeitada.**

Emenda n° 7. Foi retirada.

Emenda nº 8. Em discussão, em votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (**Para Encaminhar**)

A emenda nº 8 tem a seguinte redação: "O Estado promoverá campanhas de esclarecimento e incentivo, através de folhetos e cartazes, divulgando os fatores primordiais e indispensáveis à doação de órgãos a serem transplantados".

Nós entendemos que a população deve ter todos os meios de acesso à informação e isso deveremos fixar na lei, para que não se venha por má informação, desinformação ou até por coação ou má informação da população pessoas virem a fazer essas doações e acabar com o preconceito que as pessoas têm em doar seus órgãos.

Executar-se esse Projeto de Lei, que venha constar nos documentos, na carteira de identidade, na carteira de habilitação dos doadores aqueles que querem doar seus órgãos.

Nós entendemos que há muito preconceito na sociedade nesse sentido. Por isso é interessante e é necessário que a lei garanta. Como a lei vai dar garantia e vai dar condições de os doadores poderem constar no seu documento a doação dos seus órgãos, também deve-se fazer o possível para que quanto maior o número de doadores que venham a existir, isso aconteça. E para que aconteça é necessário a população estar esclarecida. Por isso nós entendemos que a lei deve garantir que o Estado tenha a obrigação de promover campanhas de esclarecimento e incentivo para que os doadores, para que a população possa, sem preconceito, cada vez mais se integrar a essa salvação de vidas no Paraná através desse Projeto de Lei.

Portanto nós entendemos necessária a aprovação da emenda nº 8.

O SR. ALGACI TÚLIO (**Para Encaminhar**) - Senhor Presidente, no art. 10 da Lei 9.479 de minha autoria aprovado por esta Casa já contempla e diz o seguinte: "artigo 10 - Periodicamente a correspondência oficial, contra-cheques, conta de luz, extrato de contas e outros documentos oficiais, devem conter mensagens incentivando a doação de órgãos, impressas, carimbadas ou mediante registro mecânico apropriado". Portanto, de qualquer maneira eu parabeno a Bancada do PT que procura, evidentemente chamar a atenção do Governo do Estado, para que haja uma campanha mais efetiva, com relação a sensibilizar as pessoas com relação à doação de órgãos. Agora mesmo, se verificarmos em Curitiba, nós temos aí a campanha, parece-me que é do Hospital de olhos que pede que o povo se sensibilize em doar as suas córneas. Isso é importante, além do mais esta minha Lei 9.479 ela já está sendo colocada em

prática, por exemplo no caso do doador que vá ao hospital, ele tem estímulos, ele tem alguns benefícios como a hospitalização, a despesa de hospital e até mesmo se porventura vier a falecer durante o transplante ele tem todo o benefício da Lei.

Então parece que apesar de já posto no artigo 10 da minha Lei, eu acho que nunca é demais chamar a atenção do Governo do Estado para que se faça uma campanha aproveitando o momento em que se fala bastante em transplantes. Eu acho que o momento é oportuno para isso e a gente espera que o Governador do Estado faça realmente esta campanha. De qualquer maneira já está contemplado no artigo 10 da Lei 9.479.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda.

Aprovada a Emenda, o Projeto irá a 3ª Discussão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, que cria o Programa de Segurança Escolar, no Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ, CSP, CECE e COPTC. (Publ. no D.A. nº 45 de 23.04.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Protocolo 2750/92

Projeto de Lei 104/92

Súmula: Cria o Programa de Segurança Escolar

Autor: Deputado Eurides Moura

P A R E C E R:

O autor submete à Casa, projeto de lei autorizatório, dando poderes ao Poder Executivo para instruir o Programa de Segurança Escolar.

Sob o aspecto constitucional em nada fere qualquer dispositivo.

Opinamos favoravelmente à sua tramitação regimental e posterior apresentação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.06.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Protocolo 2750/92

Projeto de Lei 104/92

Súmula: Cria o Programa de Segurança Escolar

Autor: Deputado Eurides Moura

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Eurides Moura, é de caráter autorizatório, visando que o Poder Executivo possa instituir o Programa de Segurança Escolar.

Tendo passado pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, a qual opinou favoravelmente à sua tramitação normal, esta Comissão de Segurança Pública não vê óbice à apreciação pelo Plenário, sendo favorável ao trâmite normal.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.92

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI N° 104/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Eurides Moura, autoriza o Poder Executivo instituir o Programa de Segurança Escolar no Estado do Paraná.

Devidamente analisado, esta Comissão nada encontrou que possa obstar o prosseguimento do feito.

Face ao exposto opinamos favoravelmente à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.08.92

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E
COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 104/92

P A R E C E R:

Recebido o projeto de lei acima referido nesta Comissão, a matéria mereceu dos integrantes a melhor análise, e não foi encontrado nenhum óbice na consecução do objetivo proposto.

Por esta razão, somos favoráveis à sua tramitação neste Colégio Legislativo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.09.92.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

Em Votação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, quero registrar o nosso voto contrário. E para justificar, nós entendemos que a Lei do Deputado Eurides Moura no seu contexto, ela pode ter um fim e ela poderá gerar outros problemas, e que nesse entendimento nós somos contrários à lei.

Ela garante, no seu Artigo 2°, nos itens 2 e 3, que seriam selecionados policiais militares para residir nos pátios das escolas públicas para dar segurança nos roubos e vandalismos que possam ocorrer nas escolas. Essa preocupação poderá ser importante, mas nós entendemos que, primeiro, qual o critério para que se veja o comportamento do praça? Ele consta

aqui excelente comportamento, família constituída e estabilidade na corporação. Os critérios que serão escolhidos para definir como serão? Essa propriedade na escola é da Prefeitura, é do Município, os critérios que serão definidos para que um policial vá morar lá são muito confusos, porque quem vai definir é o Prefeito, então daqui a pouco, isso será um critério político. E isso, no nosso entendimento seria muito complicado, definir uma escolha de um guarda de uma corporação de 100, 200 ou de 10 ou de 20 no município para que ele possa ser o classificado para ser beneficiado com o aluguel, morar numa casa da escola e assim por diante.

Outro caso é que no Artigo 5° a Lei diz o seguinte: "Os estabelecimentos de ensino que já possuem caseiro ou zelador, cujo desempenho das funções seja satisfatório, não sofrerão modificações." Portanto fica uma Lei meia complicada, diz que deve colocar os policiais militares nas propriedades das escolas, por outro lado diz que se lá já tem um caseiro lá que já é um funcionário da Prefeitura ele permanece. Dificilmente numa escola, vai se definir que o caseiro não serve que tem que tirar aquele e colocar outro, porque é um cargo da Prefeitura que ali está.

Ainda na justificativa do Deputado ele diz que o policial vai até a sua esposa, participar de concursos para trabalhar na Prefeitura e assim por diante. Aí a gente vê que isso deve ser uma política específica da própria Polícia Militar. O que dá para entender que vem atrás disso e nesse sentido nós não concordamos é que passa a ter lá no pátio da escola no quadro da escola, no pátio da escola um policial morando, que por um lado pode trazer a segurança, pode, entre aspas, trazer a segurança para a escola; por outro lado, pode se trazer um sentido policiaisco aos alunos lá na escola e que num entendimento nosso, parece que estaríamos policiando a educação e trazendo um mal estar dentro do pátio da escola e entre os próprios alunos. Qualquer coisa que aconteça na escola, a professora vai direto chamar a polícia, e o policial está ali. Pode trazer problemas sérios, até psicológicos para as crianças. Nesse entendimento, nós votamos contra e entendemos que essa lei não deveria ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Kury) - Em votação o Projeto. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 231/92, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que suprime mercadorias da listagem do inc. I, do Art. 23, da Lei n°

8.933, de 26 de janeiro de 1989. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF. (Publ. no D.A. n° 120 de 25.08.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

O nobre Deputado Ademar Traiano, apresenta à apreciação da Casa, Projeto de Lei n° 231/92, por intermédio do qual pretende sejam suprimidas diversas mercadorias que constam do Art. 23, da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989, o que viria reduzir a alíquota do ICMS sobre os referidos itens.

Verificando a legislação, não encontramos impedimento para a normal tramitação da matéria.

Assim sendo, opinamos pela aprovação da Proposição.

Sala das Comissões, em 15.09.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 231/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ademar Traiano, tem por finalidade suprimir diversas mercadorias que constam do Art. 23, da Lei n° 8.933, de 26 de janeiro de 1989.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.10.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 231/92. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei n° 231/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 256/92, de autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Esportiva de Ibiporã-Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 134 de 22.09.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 256/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado José Tavares, chega a esta Comissão o projeto

de lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural e Esportiva de Ibiporã, no Paraná.

No tocante aos requisitos constantes no Regimento Interno desta Casa, nada há que obste sua tramitação, contendo a devida justificativa.

De acordo com a Lei n° 6.994, que regula as regras para declaração de Utilidade Pública, o presente está em conformidade, atendendo às especificações.

Desta forma, opinamos favoravelmente a aprovação do mesmo.

É o parecer!

Sala das Sessões, em 06.10.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - Relator

Calendário para a votação do orçamento de 1993. Do dia 13 ao dia 10 prazo para apresentação de emendas, dia 22/10 encerramento para o prazo das emendas, aliás, 13/10 inicia-se e dia 22 encerra-se o prazo para apresentação de emendas às 18:00 horas. Local: Sala do orçamento. 4° andar. Dia 29/10 - Classificação das emendas, trabalho interno da Comissão de Orçamento. Dia 03/11 - Publicação das emendas. Dia 13/11 - Publicação do Parecer do Relator. Discussão e votação após esses procedimentos a critério da Presidência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento n° 1479, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1495, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente.- **Em Discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1496, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimentos n°s 1491 e 1492, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1484, de autoria da Senhora Deputada Lygia Pupatto, com apoio do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A fim de dar Parecer na proposta do Doutor Goyá Campos, para Auditor do Tribunal de Contas, designo à Comissão constituída do De-

putado Orlando Pessuti, Nelson Garcia, Lourenço Fregonese, Hermas Brandão e Luis Carlos Martins.

Nada mais havendo a tratar, Sessão para o dia 15 de outubro. Amanhã teremos uma Sessão em homenagem póstuma ao Deputado Ulysses Guimarães. Designo o Deputado José Tavares e Luis Carlos Martins para falarem em nome da Casa, e a Mesa também convida o Deputado que deseja fazer uso da palavra para esta homenagem póstuma, que comunique à Mesa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu entendendo que a manifestação deveria ficar livre às Lideranças Partidárias para que pudessem amanhã trazer também as suas homenagens.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A palavra vai ficar livre, mas a Mesa designa esses dois Deputados para falarem em nome da Casa. As Lideranças já estão inscritas "ex-offício".

Marca ainda, uma sessão ordinária, para quinta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 215/92, 104/92, 256/92 e 260/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ADEMAR TRAIANO, EM SESSÃO DO DIA 13 DE OUTUBRO DE 1992.

"Preservação do Estado do Paraná respeitando a nossa história, raízes, cultura e a diversas raças que fizeram do Estado do Paraná um dos maiores da Federação Brasileira".

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
Órgão Liberal Representativo das
Classes Produtoras
Fundada em 1º de julho de 1890

512/92-ACP
Curitiba, 07 de outubro de 1992.

Att.: Sr. Presidente

Prezados Companheiros

A soberania e a unidade do Estado do Paraná, devem permanecer sempre intocáveis e acima de qualquer interesse que não seja

o de trazer benefícios e bem estar a todos os paranaenses.

Devemos, como cidadãos, preservar com honradez e orgulho a nossa história, a nossa cultura, as nossas raízes, a nossa economia e, extraordinariamente, respeitar as diversas raças que fizeram do Paraná, um dos maiores Estados da Federação.

Caros companheiros e amigos, a proposta do Deputado Federal paranaense, Senhor Edi Siliprandi, pretende mutilar o nosso Estado e o querido Estado de Santa Catarina para formar um terceiro Estado. O Estado do Iguaçu.

Dessa forma, pedimos a essa nossa co-irmã, o seu apoio, para que juntas defendamos com rigor e civismo a unidade no nosso querido Estado do Paraná.

Para tanto, como sugestão de procedimento, anexamos à presente cópia da mensagem que esta Casa enviou à toda a Bancada de Deputados paranaenses e Senadores, em Brasília.

O Paraná precisa de todos nós.

Atenciosamente.

MARIA CHRISTINA DE ANDRADE VIEIRA
Presidente

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
Órgão Liberal Representativo das
Classes Produtoras
Fundada em 1º de julho de 1890

513/92-ACP
Curitiba, 07 de outubro de 1992.

A

FACISC - Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina.
Lages - SC

Prezados Senhores.

A soberania e a unidade de nossos Estados irmãos devem permanecer intocáveis e acima de qualquer interesse que não seja aquele que se proponha, somente, a trazer benefícios e bem estar a paranaenses e catarinenses.

O respeito extremado pela história de nossos Estados, pela nossa cultura, pela nossa economia e, extraordinariamente pelas nossas etnias, que fizeram do Paraná e de Santa Catarina, Estados respeitados em todo Brasil, deve ser preservado com rigor e veemente civismo.

O projeto do Deputado Federal, deste Estado, Sr. Edi Siliprandi, apresenta a proposta de, com parte do Estado de Santa Catarina, formar um terceiro, o Estado do Iguaçu.

Desnecessário dizer da gravidade do teor desse projeto e da necessidade de ações imediatas que possam combalir, efetivamente, o andamento da aludida proposta.

Dessa forma, permitimo-nos sugerir aos prezados companheiros, a remessa de mensagens a todos os seus Deputados federais e Senadores, a semelhança de modelo que ora anexamos.

Com especial consideração.

MARIA CHRISTINA DE ANDRADE VIEIRA
Presidente

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
Órgão Liberal Representativo das
Classes Produtoras
Fundada em 1º de julho de 1890

ACP/504/92-GAB

Curitiba, 01 de outubro de 1992.

DEPUTADO FEDERAL IBSEN PINHEIRO
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Senhor Deputado:

Esta Entidade reitera perante Vossa Excelência, a defesa da integridade territorial do Estado do Paraná, ameaçada de forma inconstitucional e oportunista por um projeto que visa mutilar o território historicamente tornado nosso, pelo esforço de nossa gente.

Neste sentido apela a Vossa Excelência para rejeitar o projeto do Decreto Legislativo nº 141/91, que autoriza plebiscito em parcela do território do Paraná, com vistas a criação de um hipotético terceiro Estado.

Atenciosamente
MARIA CHRISTINA DE ANDRADE VIEIRA
Presidente

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ
Órgão Liberal Representativo das
Classes Produtoras
Fundada em 1º de julho de 1890

518/92-ACP

Curitiba, 07 de outubro de 1992.

Ilmo. Sr.

Jorge Aloísio Weber

Presidente da

Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Prezados Senhores.

Com a presente estamos encaminhando a V.Sas., cópia da mensagem enviada a todos os Deputados Federais e Senadores do Paraná, cujo teor deixa patente a posição desta entidade com referência ao projeto do Decreto Legislativo nº 141/91 - plebiscito em parcela do território do Paraná, com vista a criação de um hipotético terceiro Estado.

O Paraná precisa de todos nós.
Atenciosamente.

MARIA CHRISTINA DE ANDRADE VIEIRA
Presidente

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro de hum mil, novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Cezar Silvestri. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 104/92, de autoria do Deputado Eurides Moura, que cria o Programa de Segurança Escolar no Estado do Paraná, conforme especifica. Relator Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 217/92, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho, que autoriza o Poder Executivo a autorizar os profissionais da saúde a estacionarem seus veículos em logradouros públicos onde é proibido estacionar ou transitar, quando em atendimento de emergência ou de urgência. Relator Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

CÉZAR SILVESTRI
Presidente

Sandro Alberto Figueiredo
Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Antônio Costenaro Neto, Mário Bezerra, Paulo Maia, Emília Belinati, Plauto Guimarães, Toti Colaço e Colombino Grassano. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta esta sessão, passando à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 260/92, oriundo do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mário Bezerra - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 246/92 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 256/92, de autoria do Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Guimarães - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 254/92, de autoria do Deputado Renato Adur. O Deputado Relator, Plauto Gui-

marães, requer diligência - DEFERIDO; 5) Projeto de Lei n° 129/92, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. O Deputado Relator, Toti Colaço, requer diligência - DEFERIDO; 6) Projeto de Lei n° 477/91, de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL às Emendas, da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 84/92 de autoria do Deputado Toti Colaço. A Deputada Relatora, requer diligência -

DEFERIDO. O Senhor Deputado Colombino Grassano, fez uso da palavra, pedindo que se registrasse nos anais desta Comissão, os seus votos de congratulações ao Senhor Deputado Rafael Greca, que venceu as eleições para Prefeito de Curitiba. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária